



**Rita Sofia Ferreira
Afonseca**

**Registo de língua e formas de tratamento na tradução
jurídica**



**Rita Sofia Ferreira
Afonseca**

**Registo de língua e formas de tratamento na tradução
jurídica**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada, realizada sob a orientação científica da Professora Dra. Maria Teresa Roberto, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha família e amigos.

O júri

presidente

Prof. Doutora Maria Teresa Murcho Alegre
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Anabela Valente Simões
Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
da Universidade de Aveiro (arguente)

Prof. Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto Cruz
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora).

Agradecimentos

Em primeiro lugar tenho de agradecer à minha orientadora pelo acompanhamento, pela disponibilidade e pelo encorajamento.

Tenho de agradecer também a toda a gente que tornou este trabalho possível, aos meus pais e família, pelo esforço de me manterem na universidade apesar da distância e dos sacrifícios que tiveram de fazer. Aos meus amigos continentais, madeirenses e açorianos pelo apoio, companheirismo, e paciência.

Palavras-chave

Registo de língua, formas de tratamento, sistema jurídico português, sistema jurídico inglês, direito, linguagem.

Resumo

Esta dissertação tem como objeto de estudo o registo de língua e as formas de tratamento, que são utilizadas no domínio jurídico, de maneira a perceber como funciona e que princípios seguir, no momento de traduzir. A principal finalidade é especificar as diferenças de registo e das formas de tratamento pronominal e nominal entre a língua inglesa e a portuguesa, no contexto jurídico, com a finalidade de orientar a tradução de documentos advindos das várias instâncias. Para tal, utilizou-se documentação autêntica, proveniente dos diversos tribunais, nomeadamente acórdãos e sentenças, e fez-se o levantamento das formas nominais e pronominais para posterior contextualização e estudo.

Keywords

Register, forms of adresse,Portuguese judicial systeme,english judicial systeme,language.

Abstract

The objective of this dissertation is to study register and the forms of address that are used in the legal field, so as to understand how they work and which principles to follow when translating. The main purpose is to specify the differences in register and in the pronominal and nominal forms of address between English and Portuguese, in the judicial context, with the objective of orienting the translation of documents from the various law courts. Authentic documentation from the different courts was used, namely rulings and judgments, with the aim of selecting the forms of address used, to analyse and contextualize them.

Índice Geral

Agradecimentos.....	v
Palavras-chave.....	vi
Resumo.....	vi
Abstract	vii
Índice de Tabelas.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1- Enquadramento dos Sistemas Jurídicos	3
1.1 Sistemas jurídicos; breve comparação- Portugal e Reino Unido	5
1.1.1 Common law e Lei Civil	5
1.1.2 Hierarquia dos tribunais portugueses	6
1.1.3 Hierarquia dos tribunais no Reino Unido.....	9
1.1.4 Classificação das profissões jurídicas em Portugal.....	12
1.1.5 Profissões jurídicas no UK (Inglaterra e País de Gales)	14
1.2 Comparação entre sistemas jurídicos em termos de hierarquias de tribunais	15
Capítulo 2- Enquadramento teórico da tradução jurídica.....	19
2.1 Registo de língua.....	21
2.1.1 Registo de língua (português)	22
2.1.2 Registo de língua (inglês).....	24
2.1.3 Registo na perspetiva da tradução:.....	26
2.2 Linguagem, discurso e direito	29
2.3 Os géneros textuais do direito e a tradução jurídica.....	30
2.4 Formas de Tratamento.....	32
2.4.1 Forma pronominal	33
2.4.2 Formas nominais	34
Capítulo 3 - Metodologia	41
Capítulo 4 - Análises	45
4.1. Análise de documentos dos tribunais portugueses	47
4.1.1 Resultados da análise:	50
4.2. Análise de documentos dos tribunais do sistema jurídico inglês	52
4.2.1 Resultados da análise	56
4.3 Comparação entre os resultados da análise (português e inglês)	57
4.4 Contribuição dos resultados da análise para a Tradução:	58
Conclusão	60
Bibliografia.....	62

Índice de Tabelas

<i>Tabela 1 - Tribunal Constitucional.....</i>	<i>6</i>
<i>Tabela 2 - Tribunais Judiciais.....</i>	<i>7</i>
<i>Tabela 3-Tribunais Administrativos e fiscais.....</i>	<i>8</i>
<i>Tabela 4- Tribunal de Contas.....</i>	<i>8</i>
<i>Tabela 5-Supremo Tribunal de justiça</i>	<i>9</i>
<i>Tabela 6- Tribunal de Recurso</i>	<i>9</i>
<i>Tabela 7- Tribunal superior</i>	<i>10</i>
<i>Tabela 8-Tribunal de Coroa e Tribunais de Condado</i>	<i>11</i>
<i>Tabela 9-Tribunal dos magistrados e Tribunais Especializados</i>	<i>12</i>
<i>Tabela 10- Divisão dos tribunais por instâncias</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 11- Divisão de Tribunais por Instância Inglaterra e País de Gales</i>	<i>16</i>
<i>Tabela 12- Formas de Tratamento.....</i>	<i>32</i>
<i>Tabela 13-Formas de Tratamento de Juizes.....</i>	<i>35</i>
<i>Tabela 14-Formas gerais de Tratamento dos tribunais</i>	<i>36</i>
<i>Tabela 15- Formas de tratamento no Tribunal de recurso</i>	<i>36</i>
<i>Tabela 16- Formas de Tratamento nos Tribunais Superiores</i>	<i>37</i>
<i>Tabela 17- Formas de Tratamento a Funcionários Judiciais</i>	<i>37</i>
<i>Tabela 18- Tratamento de Juízes de Circuito</i>	<i>37</i>
<i>Tabela 19- Tratamento de Juízes de Distrito.....</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 20- Tratamento de juizes de distrito(Tribunal dos magistrados)</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 21- Tratamento de Magistrados</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 22- Tratamento de juizes de tribunais especializados.....</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 23- Tratamento de juízes do Tribunal de Emprego</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 24- Análise de Acórdãos</i>	<i>47</i>
<i>Tabela 25- Resultados da Análise.....</i>	<i>50</i>
<i>Tabela 26- Análise de Documentos</i>	<i>52</i>

Introdução

Atualmente, torna-se cada vez mais necessário haver um estudo das várias especificidades da língua de partida e de chegada na tradução. Estas podem ser culturais, de estilo, gramaticais e de registo, o tradutor tem de tê-las em conta ao traduzir de uma língua para a outra. Esta dissertação tem como objeto de estudo as formas de tratamento, os diferentes registos de língua e o efeito que estes podem ter na tradução.

A formalidade, por exemplo um termo muito utilizado quando se fala de registo, é um elemento muito importante que reflete muitas vezes o contexto em que se está a falar, e que molda os tipos de discurso de acordo com as convenções sociais e as relações culturais.

Na tradução jurídica, uma área que tem vindo cada vez mais aprofundada, devido à sua complexidade, tem sido dada mais importância ao estudo das culturas de língua de partida e de chegada, de modo a conseguir uma tradução correta dos textos jurídicos. É necessário haver também conhecimento do funcionamento e organização dos organismos jurídicos, e as principais diferenças entre os sistemas jurídicos. É no âmbito destas questões que se vai desenvolver esta dissertação, abordando detalhadamente os problemas que podem surgir na tradução jurídica.

No primeiro capítulo desta dissertação serão explorados os sistemas jurídicos: português e inglês (Inglaterra e País de Gales). Numa primeira fase, estes sistemas serão estudados separadamente, serão abordadas as questões de organização, de funcionamento e do papel que desempenham os diferentes profissionais, que trabalham nas organizações que os compõem. O objetivo deste estudo é estabelecer semelhanças entre estes, tanto a nível organizacional, como no que respeita o funcionamento.

No segundo capítulo, tentar-se-á explicar o que são o registo de língua e as formas de tratamento para as duas línguas, primeiro na perspetiva da linguística e depois na perspetiva da tradução jurídica. O objetivo principal deste capítulo é interligar todos os aspetos mencionados anteriormente, de maneira a ter-se uma ideia geral do registo e das formas de tratamento que depois podem ser aplicadas na ação de traduzir. Inclui-se neste capítulo a análise dos acórdãos e sentenças, como textos exemplificativos.

No quarto capítulo, far-se-á uma análise de trechos de acórdãos e sentenças, com o objetivo de apurar-se as formas de tratamento e o tipo de registo utilizados, para o levantamento e análise das mesmas.

Capítulo 1- Enquadramento dos Sistemas Jurídicos

1.1 Sistemas jurídicos; breve comparação- Portugal e Reino Unido

Dentro da União Europeia a maior parte dos Estados membros faz-se governar pela lei civil e quase todos os sistemas jurídicos europeus se baseiam no sistema germano-românico. Este sistema tem como principais fontes de direito os atos legislativos e executivos. No entanto existe uma grande exceção, o Reino Unido cujo o sistema jurídico se baseia na *Common Law*. Em seguida será feita uma comparação das especificidades de cada sistema jurídico, e das principais diferenças entre eles.

1.1.1 *Common law* e Lei Civil

A *Common law* é a base para a lei escrita e praticada nos países da *Commonwealth*. O direito é criado ou aperfeiçoado pelos juizes, isto é, uma decisão a ser tomada num caso depende das decisões adotadas para casos semelhantes anteriores e afeta o direito a ser aplicado em casos futuros. Caso não exista ainda nenhuma decisão anterior que tenha sido tomada num caso semelhante àquele que estiver em apreço, os juizes possuem autoridade para criar o direito, estabelecendo um precedente (denominada por *Precedent Rule*). É precisamente o conjunto desses precedentes que compõe o direito dos sistemas da *Common law*.

A Lei civil que serve de base para a maior parte dos países europeus à exceção do Reino Unido, é baseada no código civil, sendo este organizado em códigos (que tiveram praticamente todos inspiração no Code Civil Francês e no Bürgerliches Gesetzbuch Alemão) contendo normas jurídicas que são aplicadas pelos juizes aos casos concretos para proferirem as decisões dos tribunais. Ou seja, os juizes devem julgar e proferir as sentenças não com base em casos semelhantes anteriores, mas sim com base no direito escrito e codificado.

A grande diferença entre a *common law* e a lei civil encontra-se nas suas bases: enquanto a *Common law* se baseia no costume, a lei civil baseia-se no código civil e outros tipos de legislação já existentes. O código civil segue o princípio da generalidade, enquanto a *Common Law* segue o princípio da particularidade.¹

¹ Informação sobre sistemas jurídicos traduzida e adaptada pela mestrande de: University of Berkeley Law:
<https://www.law.berkeley.edu/library/robbins/pdf/CommonLawCivilLawTraditions.pdf>

Em termos de linguagem específica, o código civil é escrito com o objetivo de ser compreendido pela generalidade da população, enquanto a *common law* tem a preocupação de ser entendida pelos peritos na área. Esta diferença explica, pelo menos em parte, as dificuldades que surgem durante a tradução de documentos jurídicos, uma vez que se, por um lado, temos uma lei que se preocupa em fazer-se entender pelo público em geral, por outro, temos uma lei cujo o principal objetivo é ser entendida por especialistas da área.

Isto faz com que o tradutor tenha a difícil tarefa de manter, na maioria dos casos, o registo e o contexto, independentemente da língua de chegada. O tradutor tem de ter em conta os requisitos impostos pela legislação dos países das línguas para o qual está a traduzir, e de aplicar uma linguagem que vai um pouco para além do registo formal, e que esteja de acordo com o contexto em que se insere a tradução.

1.1.2 Hierarquia dos tribunais portugueses

Em Portugal, os órgãos de soberania dividem-se em quatro, são eles: o Presidente da República, que exerce o poder moderador; a Assembleia da República, que exerce o poder legislativo; o governo, que exerce o poder executivo; e os tribunais, que exercem o poder judicial. O poder judicial é o único que não depende dos outros poderes, ou seja, possui um grau elevado de independência em relação aos outros, como está bem explícito na Constituição portuguesa, no artigo 1º “Os tribunais são independentes, e apenas estão sujeitos à lei”. Existem 4 tipos de tribunais em Portugal dependendo das matérias em que lhes é permitido julgar e organizam-se da seguinte maneira, por ordem decrescente de importância:

Tabela 1 - Tribunal Constitucional²

	Tribunal Constitucional
Competência	Aplicar a justiça, em questões que tenham a ver com a constitucionalidade, inconstitucionalidade e ilegalidade das normas. Baseia-se na Constituição portuguesa e é seu dever fazer com que a Constituição seja respeitada, em tudo.
Composição	O tribunal é composto por 13 juízes, 10 escolhidos pela Assembleia da República, e os outros 3 são designados por estes 10.

² Tabela com dados organizados pela mestranda utilizando como fonte a lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, sobre a organização do sistema jurídico português retirada de: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1&tabela=leis

Apesar do tribunal constitucional ser o órgão máximo de aplicação da justiça em Portugal, os documentos produzidos por este não serão analisados, uma vez que este órgão se limita a avaliar as leis e normas jurídicas de acordo com a constituição e tem pouca intervenção na parte civil ou criminal da justiça.

Para esta dissertação é importante a parte das hierarquias, como é que um processo evolui consoante a instância e que tipo documentos são utilizados. Daí o tribunal constitucional não ser importante como objeto de estudo desta dissertação.

Os tribunais que serão objeto de estudo serão neste caso então os tribunais judiciais e administrativos, cujas competências e estruturas serão analisadas em seguida:

Tabela 2 - Tribunais Judiciais³

	Tribunais Judiciais
Competência	Assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados. São da competência dos tribunais judiciais as causas que não sejam atribuídas a outra ordem jurisdicional.
Estrutura	Supremo Tribunal de Justiça 2. ^a Instância Tribunais da Relação 1. ^a Instância Tribunais de Comarca Família e menores Propriedade intelectual~ Comércio Pequena Instância

³ Fonte: lei n.º 3/99, de 13 de janeiro:
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1&tabela=leis

Tabela 3-Tribunais Administrativos e fiscais⁴

	Tribunais Administrativos e Fiscais
Competência	Julgamento de litígios emergentes das relações jurídicas administrativas e fiscais (relações entre o Estado e os particulares).
Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal administrativo • 2.^a Instância-Tribunais Centrais Administrativos • 1.^a Instância-tribunais tribunais administrativos e fiscais

Os tribunais Judiciais e Fiscais são os tribunais aos quais se recorreu, para encontrar a documentação ser analisada, visto que são os mais complexos a nível de organização e estrutura. Um processo entra sempre na primeira instância e só depois de sair a decisão desta é que o processo passa para as instâncias superiores, mediante certos factores.

O Tribunal de Contas, embora seja relevante no sistema jurídico português, só faz análise das despesas públicas, e também não será objeto de estudo desta dissertação, uma vez que se debruça sobre questões de administração pública e produz documentação mais específica e complexa.

Tabela 4- Tribunal de Contas⁵

	Tribunal de Contas
Competência	Fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe.
Classificação	Tribunal especializado, de natureza financeira, profundamente diferente das demais categorias de tribunais em matéria de competências, porque não tem apenas funções jurisdicionais, mas igualmente funções de outra natureza, nomeadamente dar parecer sobre a Conta Geral do estado.

⁴ Fonte: lei n.º 3/99, de 13 de janeiro:

[//www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1&tabela=leis)

⁵ Fonte: lei n.º 3/99, de 13 de janeiro:

[//www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1&tabela=leis)

1.1.3 Hierarquia dos tribunais no Reino Unido

Em seguida apresentar-se-á um esquema que explica o funcionamento os tribunais no Reino Unido; o esquema encontra-se organizado por ordem de importância, (do mais ao menos importante). Faz-se também referência às diferentes fases do recurso que equivalem às diferentes instâncias no sistema português. As tabelas que se seguem provêm do site da Comissão Europeia que disponibiliza os vários tipos de organização judicial dentro da União Europeia, importa salientar que esta distribuição só se aplica ao País de Gales e à Inglaterra:

Embora muito importante no sistema judicial do Reino Unido, o Supremo Tribunal de Justiça não será objeto de estudo desta dissertação. Uma vez que o tipo de documentação produzida neste tribunal não se enquadra nos moldes do estudo a ser efetuado e porque este tribunal tem mais uma competência política e legislativa do que propriamente penal e civil.

Tabela 5-Supremo tribunal de justiça⁶

	Supremo Tribunal de Justiça
Competência	Recurso das decisões do Tribunal de Recurso e, em circunstâncias excecionais, do Tribunal Superior (incluindo a Escócia e a Irlanda do Norte)

O Tribunal de Recurso é o tribunal de última instância, a que se pode recorrer se todos os apelos aos tribunais de instâncias inferiores falharem, está dividido em duas partes, a parte penal e a parte cível.

Tabela 6- Tribunal de Recurso⁷

	Tribunal de Recurso
Divisões	Criminal- Recurso das decisões do Tribunal da Coroa. Cível- Recurso das decisões do Tribunal superior, tribunais especializados e determinadas decisões dos tribunais de condado.

⁶Informação traduzida, adaptada e organizada pela mestranda a partir dos *sites*:

<https://www.judiciary.gov.uk/> e

http://ec.europa.eu/justice_home/judicialatlascivil/html/pdf/org_justice_eng_pt.pdf

⁷ Fonte: <https://www.judiciary.gov.uk/> e

http://ec.europa.eu/justice_home/judicialatlascivil/html/pdf/org_justice_eng_pt.pdf

O Tribunal Superior, apresenta-se dividido em secções, de acordo com as matérias em que pode julgar, pode ser usado como recurso dos Tribunais da Coroa, dos Magistrados e especializados. Quando dão entrada no Tribunal Superior, os processos destes tribunais são avaliados e reenviados para as secções em que a temática do processo se enquadra. Existem 6 divisões que são apresentadas na seguinte tabela:

Tabela 7- Tribunal superior⁸

	Tribunal Superior		
Divisões	<i>"Queen's Bench"</i> Responsabilidade contratual e extracontratual, Tribunal Comercial Tribunal Marítimo	Divisão do direito de família Questões matrimoniais Questões relativas aos filhos Serviço de homologação dos testamentos Recurso das decisões dos tribunais de condado	Divisão <i>"Chancery"</i> Capital e fundos de investimento("trusts"), sucessões objeto de litígio, fiscalidade e falência Tribunal no domínio do direito das Sociedades (<i>"Companies Court"</i>) Tribunal de patentes
	<i>"Divisional Court"</i> Recurso das decisões do Tribunal da Coroa (exceto os processos judiciais com acusação submetidos à apreciação de um júri) e dos tribunais de magistrados e de certos tribunais disciplinares	<i>"Divisional Court"</i> Recurso das decisões dos tribunais de magistrados.	<i>"Divisional Court"</i> Recurso das decisões dos tribunais de condado em matéria de insolvência e no domínio imobiliário

⁸ Fontes: <https://www.judiciary.gov.uk/> e http://ec.europa.eu/justice_home/judicialatlascivil/html/pdf/org_justice_eng_pt.pdf

O Tribunal da Coroa e os Tribunais de Condado encontram-se equiparados hierarquicamente, apesar de julgarem matérias diferentes. A tabela 8 explica quais são as diferenças que existem entre estes dois, mas pode-se ressaltar que enquanto os tribunais de condado julgam matérias de cariz cível, o Tribunal da Coroa está ligado à parte criminal. Estes dois tribunais servem também como recurso dos Tribunais de Magistrados e dos Tribunais Especializados

Tabela 8-Tribunal de Coroa e Tribunais de Condado⁹

	Tribunal da Coroa		Tribunais de Condado
Competências	(processos penais) 78 Centros Julgamento dos delitos graves, recurso das decisões dos tribunais de magistrados, sentenças relativas às penas	Competências	(processos cíveis) 218 tribunais Maioria dos processos cíveis em função da natureza do pedido

A maior parte dos processos entra no sistema judicial pelos Tribunais de Magistrados especializados, desta forma estes dois tribunais, no que diz respeito ao nível hierárquico, encontram-se no mesmo patamar, apesar de julgarem matérias diferentes

⁹ Fontes: <https://www.judiciary.gov.uk/>
http://ec.europa.eu/justice_home/judicialatlascivil/html/pdf/org_justice_eng_pt.pdf

Tabela 9-Tribunal dos magistrados e Tribunais *Especializados*¹⁰

	Tribunais de Magistrados		Tribunais Especializados
Competências	(sobretudo processos penais e do direito da família) Julgamento de delitos menores, reenvios para o Tribunal da Coroa (" <i>Crown Court</i> "), tribunais competentes para os procedimentos no domínio do direito da família e tribunais de menores.	Competências	Recurso das decisões nos mais diversos domínios, incluindo a imigração, a segurança social, pensões de alimentos, pensões, fiscalidade e propriedade fundiária.

1.1.4 Classificação das profissões jurídicas em Portugal

De acordo com a Constituição, os juízes são titulares de um órgão de soberania - os Tribunais. Administram a justiça em nome do povo e devem apenas obediência à lei.

Os juízes dos tribunais judiciais regem-se pelo disposto na Constituição e no Estatuto dos Magistrados Judiciais. De acordo com a hierarquia dos tribunais, são três as categorias de juízes dos tribunais judiciais¹¹:

- Juízes do Supremo Tribunal de Justiça, com a categoria de Conselheiro;
- Juízes dos tribunais das Relações, com a categoria de Desembargador;
- Juízes dos tribunais de 1.^a instância, denominados Juízes de Direito.

Os juízes da jurisdição administrativa e fiscal regem-se pelo disposto na Constituição, no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e, subsidiariamente, no

¹⁰ Fonte: <https://www.judiciary.gov.uk/>

http://ec.europa.eu/justice_home/judicialatlascivil/html/pdf/org_justice_eng_pt.pdf

¹¹ Informação adaptada pela mestrandia de: https://e-justice.europa.eu/content_legal_professions-29-pt-pt.do#n01

Estatuto dos Magistrados Judiciais. De acordo com a hierarquia dos tribunais são três as categorias de juízes dos tribunais administrativos e fiscais:

- Juízes do Supremo Tribunal Administrativo, com a categoria de Conselheiro;
- Juízes dos tribunais Centrais Administrativos, com a categoria de Desembargador;
- Juízes dos tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários, denominados Juízes de Direito.

Magistrados do Ministério Público

Aos magistrados do Ministério Público compete representar o Estado, exercer a ação penal e defender a legalidade democrática e os interesses que a lei determinar. Os magistrados do Ministério Público gozam de estatuto próprio e de autonomia, nos termos da lei.

O acesso à profissão de magistrado do Ministério Público faz-se através de concurso público e consiste em provas de conhecimentos, avaliação curricular e exame psicológico de seleção, realizados no Centro de Estudos Judiciários.

Os candidatos admitidos são investidos como auditores de justiça. Após a aprovação no curso de formação teórico-prática realizado no Centro de Estudos Judiciários são nomeados procuradores-adjuntos, em regime de estágio.

A carreira profissional de um magistrado do Ministério Público é composta por cinco níveis, pela seguinte ordem hierárquica decrescente:

- Procurador-Geral da República;
- Vice-Procurador-Geral da República;
- Procurador-Geral Adjunto;
- Procurador da República;
- Procurador da República Adjunto.

1.1.5 Profissões jurídicas no UK (Inglaterra e País de Gales)

A magistratura no Reino Unido, é o grupo de pessoas que aplica a lei do país aos factos que lhes são apresentados, têm também a responsabilidade de criar leis no Reino Unido através do sistema de precedentes da Common law. Da magistratura fazem parte uma quantidade ampla de juízes.¹²

Lord Chief Justice (juiz decano dos Lordes) passou a ser chefe da magistratura inglesa e galesa em Abril de 2006 (esta função era exercida anteriormente pelo Lord Chancellor). O atual presidente do Supremo Tribunal é também o chefe da justiça penal e presidente dos tribunais de Inglaterra e do País de Gales.

- Os Heads of division (presidentes de divisão) presidem às demais jurisdições: o Master of the Rolls (divisão civil), o Presidente da Divisão de Assuntos de Família e o Chancellor (divisão da chancelaria).
- Os Lords Justices of Appeal (juízes de recurso) exercem a sua função no Tribunal de Recurso, que trata de causas penais e civis.
- Os High court judges (juízes do Tribunal Superior) desenvolvem a sua atividade neste órgão jurisdicional, no qual se resolvem as matérias civis mais complexas. Também se ocupam das matérias penais mais graves e sensíveis no Tribunal da Coroa (por exemplo, os casos de homicídio).
- Os Circuit judges (juízes comarcais) tratam normalmente de causas penais, civis e de família.
- Os District judges (juízes de distrito) ocupam-se dos assuntos de direito civil, entendido nos sistemas da Common Law como o direito privado comum. A maior parte das suas funções são exercidas à porta fechada (não em audiências públicas). Podem tratar de

¹² A informação sobre estas profissões foi retirada da publicação juízes do mundo, da Fundação Francisco Manuel dos Santos da autoria de Carlos Gómez Ligüerre fonte: <https://www.ffms.pt/FileDownload/01a3df5c-2d50-42c7-b4ef-27aca3e90aa3/juizes-na-europa>

qualquer causa em tribunais do condado (county courts), com sanções de quantias inferiores a um determinado limite financeiro (revisto periodicamente). Os assuntos acima do limite costumam ser tratados por juízes da comarca. Resolvem mais de 80 por cento do total de litígios civis em Inglaterra e no País de Gales.

- Os district judges (magistrates' courts) (juízes de distrito dos Julgados de Paz), anteriormente conhecidos como stipendiary magistrates' (juízes sem formação jurídica remunerados), fazem parte dos Julgados de Paz, ocupando-se dos assuntos da competência destes, e são remunerados em função da sua dedicação. Não obstante, prestam serviço, sobretudo, em assuntos que abordam matérias de maior duração e complexidade.
- Os High court masters and registrars (assessores e secretários do Tribunal Superior) são juízes que se ocupam da maioria dos assuntos civis das divisões da chancelaria (Chancery) e do Civil (Queen's Bench) do Tribunal Superior.

Os juízes sem formação jurídica (magistrates), ou juízes de paz, resolvem cerca de 95 por cento dos assuntos penais em Inglaterra e no País de Gales. Mais de 30 mil destes juízes exercem as suas funções no âmbito local, durante pelo menos 26 meios dias por ano. Não se lhes exige formação jurídica e não recebem remuneração pelas suas funções.

1.2 Comparação entre sistemas jurídicos em termos de hierarquias de tribunais

Os tribunais administrativos e judiciais em Portugal dividem-se em instâncias, como exemplifica a tabela 10:

Tabela 10- Divisão dos tribunais por instâncias¹³

Tribunais judiciais		Tribunais Administrativos	
Tribunais da Comarca	1ª Instância	Tribunal Administrativo	1ª Instância
Tribunal da Relação	2ª Instância	Tribunal Central Administrativo	2ª Instância
Supremo Tribunal de Justiça	3ª instância	Supremo Tribunal Administrativo	3ª Instância

¹³ Informação organizada pela mestrandia em tabela de maneira a ter uma versão resumida das informações recolhidas anteriormente.

A divisão em instâncias significa que os processos dão entrada sempre na 1ª instância e vão subindo à medida em que vão chegando as decisões e que as pessoas envolvidas queiram recorrer das decisões. Os casos passam quase todos pelo tribunal de instrução criminal, um tribunal que pertence aos tribunais da comarca e daí são dirigidas ao tribunal competente. Os critérios para a seleção do tribunal a que compete julgar também envolvem valores monetários citando o código penal, artigo 42 alínea 2-Em regra, o Supremo Tribunal de Justiça conhece, em recurso, das causas cujo valor exceda a alçada dos tribunais da Relação e estes das causas cujo valor exceda a alçada dos tribunais judiciais de primeira instância.

Apesar do sistema jurídico inglês ser um pouco mais complexo, pode-se dividi-lo hierarquicamente também(ver tabela 11)

Tabela 11- Divisão de Tribunais por Instância Inglaterra e País de Gales¹⁴

Tribunal de Recurso		
Cível /Penal		
Queen’s Bench	Divisão do direito da família	Divisão “chauncery”
Divisional Court	Divisional Court	Divisional Court
Tribunal da coroa		Tribunais de condado
Tribunal dos Magistrados		Tribunais Especializados

Esta tabela está organizada dos tribunais de maior instância para os de menor instância, e só estão incluídos os que serão estudados nesta dissertação. A maior parte dos processos entra no sistema através dos tribunais de magistrados, podendo este ser comparado com o tribunal de instrução tribunal português. Esta comparação é importante para esta dissertação, uma vez que exemplifica as estruturas dos diferentes sistemas de forma hierárquica. O objetivo não é estabelecer uma comparação direta, uma vez que os sistemas

¹⁴ Informação organizada pela mestranda em tabela de maneira a ter uma versão resumida das informações recolhidas anteriormente.

são muito distintos, mas dar uma ideia geral de como se organizam e quais poderão ser os pontos em comum.

Capítulo 2- Enquadramento teórico da tradução jurídica

2.1 Registo de língua

A língua apresenta-se como património comum, principal meio e instrumento de identidade do ser humano, e unidade nacional. É expectável que o uso da língua no discurso de um dado indivíduo reflita, entre outros fatores, aspetos da sua formação, da sua vivência sociocultural, do seu gosto pessoal e do contexto comunicativo em que se encontre.

A expressão "registo linguístico" designa o modo de um falante usar a língua, de acordo com a situação comunicativa em que participa, tendo em conta as suas intenções e os objetivos na situação de comunicação e o seu nível social e/ou cultural, como atrás se referiu, que são fatores que condicionam o grau de formalidade de língua utilizado.

Todavia, o nível de linguagem depende também da situação em que se encontra o emissor e o recetor a quem se dirige e a relação que têm um com o outro.

O uso de diferentes registos de linguagem em determinados contextos de uso é um processo dinâmico que tem sofrido mudanças de acordo com os estados de evolução da língua através dos tempos, alterações ideológicas na composição da sociedade e uma normalização de uso nas instituições de poder político e judicial que criam as leis usadas pela sociedade, citando Rotman “The language of the law is not merely the denotation of objects, but it is the language of future actions.” (Rotman, 1996, p. 190)

De acordo com as situações da comunicação, são várias as designações de tipologia de registo:

O registo cuidado recorre à expressão bem elaborada; tem perfeição estrutural e precisão vocabular, exige um grau de formalidade maior.

O registo corrente (média ou normal) usa termos e estruturas correntes de acordo com a norma, com o padrão, já exige menor grau de formalidade.

O registo familiar, usado nas relações do quotidiano entre familiares ou amigos; com vocabulário pouco rigoroso, e uma formalidade reduzida.

O registo popular revela despreocupação nas construções sintáticas e correção do vocabulário; é marcadamente oral e espontâneo, não exige grau de formalidade. Pode surgir como: regionalismo (falares característicos de certas regiões do País), gíria (expressões ou falares característicos de certos grupos profissionais e sociais) ou calão (expressões ou formas marginais, que resultam de situações particulares).

Esta é a definição geral de registo de língua, que se adapta a todas as línguas, no entanto, há que ter em conta as especificidades de cada língua, o que se irá discutir mais a diante nesta dissertação. Em seguida dá-se lugar a uma explicação do que é o registo de língua de maneira a fazer uma análise mais profunda das especificidades de cada uma das línguas, da sua evolução até ao momento atual, e dos diferentes fatores sociais que influenciaram esta evolução.

2.1.1 Registo de língua (português)

No decurso da pesquisa sobre registo de língua na língua portuguesa, foram encontradas várias referências em gramáticas, o que levantou algumas questões a nível de evolução da língua. A parte interessante é que à medida que foi feita pesquisa foram surgindo novas definições e novos conceitos. O que foi feito foi uma análise das diferenças encontradas numa edição de uma gramática de 1983 e numa de 2006, e nas quais se nota um aumento da complexidade e especificidade, da definição de registo.

Edição de 1983- Gramática da língua Portuguesa de Mateus, Brito, Duarte, & Faria(1983)

A língua portuguesa é falada por milhões de pessoas em todo o mundo espalhadas pelos 8 países que adotaram o português como língua oficial, sendo eles Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; daí existir uma grande variedade de dialetos e normas que regem os falantes, sendo que estas variam de acordo com o país em que o português é falado, mas não só. Para além da questão geográfica existe a questão da diversidade sociocultural.

Em apenas uma região podemos ter diferentes dialetos, registos próprios de cada grupo sociocultural, existindo também uma adequação ao meio de comunicação que está a ser utilizado (tende-se a utilizar um registo mais cuidado quando se está, por exemplo, na televisão, rádio, imprensa), a adequação à situação em que se encontra o falante, como em uma conversa informal, exige um registo mais informal. No entanto, se estivermos a falar com um superior hierárquico ou uma pessoa com quem o falante tem uma relação social de maior distância hierárquica ou institucional, isso exige um registo mais formal. A escolaridade também desempenha um fator muito importante, quando se fala em registo, sendo que esta interfere com o estatuto social do falante e dá-lhe um discurso mais ou menos

formal. De acordo com Mateus (2005) “Hoje é facto assente que todos os falantes usam um determinado socioleto correspondente ao contexto sociocultural em que estão integrados” (Mateus, 2005, p. 10).

A relação profissional e a integração num grupo social minoritário também se articulam com o tipo de discurso e o vocabulário utilizado pelo falante, podendo este utilizar a gíria e o calão. Por último, existem também variações linguísticas entre o registo escrito e oral, não só no domínio da fonética, mas também nos domínios morfológicos e sintáticos. Todos estes pormenores que dizem respeito ao registo e a evolução da língua portuguesa são estudados e discutidos em Mateus (2005) e Cintra (1972)

Edição de 2006- Gramática da língua portuguesa

Esta edição da gramática, embora seja dos mesmos autores (Mateus, Brito, Duarte, & Faria, 2006) da edição de 1983, é muito mais complexa, uma vez que embora também faça a distinção em termos de diversificação social, subdivide a relação social em 2 níveis:

Nível macrossocial- onde os sujeitos intervenientes são classificados segundo a sua posição hierárquica na sociedade e respetiva profissão

Nível microsociaL- onde os sujeitos são classificados segundo os papéis sociais distribuídos nas situações de interação.

Subdivide também a relação social em cenários:

Cenários pessoais- decorrentes de situações de diálogo e de discussão com pessoas, mais próximas como por exemplo uma discussão entre amigos.

Cenários impessoais- situações mais formais, como é o caso de um professor a dar uma aula, um sermão em que não há uma relação próxima entre os falantes.

Cenários institucionais- situações em que embora os intervenientes pareçam ter uma conversação informal, existe um sujeito que exerce controlo sobre a situação. É o caso de um interrogatório num tribunal ou de uma discussão numa sala de aula em que os intervenientes embora possam ter intervenções espontâneas têm de se reger por princípios e

assuntos institucionais. No caso da sala da aula quem exerce o controlo é o professor e num tribunal será um juiz.

Cenários normativos- estes constituem um subgrupo dos cenários anteriores, surgem quando há um ensaio do discurso que será proferido, ou seja, é seguido um guião.

Cenários ficcionais- todos os discursos em que existem imitações de outras pessoas ou personagens e cujo locutor imita. Instâncias destes são, por exemplo as imitações de políticos por parte de humoristas.

Cenários mediatizados- estão de certo modo relacionados com os cenários ficcionais, baseiam se num falante que reproduz, anuncia ou descreve eventos que aconteceram a terceiros.

Cenários privados- o locutor fala para si próprio sem ter de ter em consideração o tipo de discurso e os outros; o locutor tem liberdade de se exprimir porque não se tem de conformar aos padrões sociais, está a falar para si próprio.

Esta edição da gramática aborda também as formas de tratamento estas dependem da posição hierárquica e profissão dos interlocutores, no entanto diz que nem sempre estas formas de tratamento são iguais dependendo do nível de intimidade e de compatibilidades dos interlocutores.

É evidente que, destes cenários, só os institucionais e normativos têm maior interesse para esta dissertação, no entanto é importante que sejam referidos, pois ilustram perfeitamente o que diz M. Rodrigues (2007) no seu artigo sobre linguagem, discurso e direito, que serviu de base a alguns aspetos que serão referidos mais à frente nesta dissertação.

2.1.2 Registo de língua (inglês)

A língua inglesa é atualmente a língua oficial da Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos, e a segunda língua oficial de ex-colónias do Reino Unido e dos Estados Unidos como é o caso da Nigéria, das Filipinas, a Malásia e da Índia, sendo ainda usada como língua estrangeira ensinada em sala de aula em países como a China, o Japão, a Indonésia e alguns países do Médio Oriente. O facto de ser uma língua assim tão

disseminada deu origem a variedades e a várias reestruturações da língua inglesa. Estas são algumas das conclusões a que chegou a autora Jenkins (2006). Outro autor que também se debruçou sobre o tema foi Graddol (1997); este refere a importância da cultura dos países que adotaram o inglês como língua oficial, segunda língua e língua estrangeira e o impacto que estas culturas tiveram no inglês falado atualmente.

Dentro do próprio inglês existem variedades, e níveis de uso que definem a maneira como os falantes comunicam consoante determinados fatores sociais e culturais. É através destes fatores que surge o registo de língua. O registo de língua é definido como "the set of meanings, the configuration of semantic patterns, that are typically drawn upon under the specific conditions, along with the words and structures that are used in the realization of these meanings" (Halliday, 1978), no inglês o registo pode descrever-se como variedades da língua que são definidas como "any variant of a language which can be sufficiently delimited from another variant. The grounds for such differentiation may be social, historical, spatial or a combination of these." (Hickey, 2012, p. 1).

Anteriormente, a variedade da língua era simplesmente designada por dialeto, mas optou-se pelo termo variedade, uma vez que este não continha uma componente neutra, estando normalmente associado às variedades linguísticas em termos geográficos, por isso houve a necessidade de arranjar um termo que também se adaptasse às atitudes sociolinguísticas, e que incluísse a investigação da população urbana de uma língua, de um ponto de vista social. A sociolinguística estuda estas variedades dividindo em três grupos a que se irá fazer referência de seguida. Existem vários tipos de variedades entre eles destacam-se as:

Diatópicas: variedades linguísticas a nível geográfico, são diferenciadas das outras variedades particularmente a nível gramatical, pronúncia e vocabulário e pelo facto de não serem influenciadas por fatores sociais, mas sim geográficos. Podem também ser referidas como dialeto, manifesta-se sobretudo na forma oral.

Diacrónica: variedades linguísticas ao longo do tempo, estas variedades manifestam-se através da evolução da língua no tempo e na história do país e têm por base fatores sociais, mas também geográficos. Podemos falar da expansão do inglês para outros países ao longo da sua história, que já foi referida anteriormente e que deu origem a mudanças na forma como o inglês é falado atualmente.

Diastráticas: variedades linguísticas entre as classes sociais. Estas verificam-se de grupo social para grupo social, e dependem muito dos factores sociais, culturais e educacionais.

Apesar de ser importante mencionar estas variedades, estas não serão muito desenvolvidas nesta dissertação, uma vez que o que se irá trabalhar aqui serão situações de registo muito específicas de contextos sociais na área do direito.

2.1.3 Registo na perspetiva da tradução:

Segundo Baker, (1992, p. 15) a definição de registo é “ a variety of language that a language user considers appropriate to a specific situation.” estas variedades podem manifestar-se em vários campos de discurso, tanto no texto original como na versão traduzida. Aqui importa mencionar Halliday (1985, p.33) que classifica estes campos em três domínios:

Discurso: este campo refere-se à situação em que está o falante, e ao que se está a passar em termos de contexto social e temático.

Tenor of speech: o uso da linguagem deste campo depende muito das relações interpessoais dos intervenientes, relações familiares normalmente requerem um tipo de discurso mais pessoal e familiar, enquanto que ao dirigirmo-nos ao superior hierárquico a nível profissional se opta por um registo mais formal e cuidado.

Modo do discurso: depende do modo como da comunicação... se é escrito ou oral, por exemplo. É muito frequente utilizar palavras na expressão escrita que nunca utilizaríamos na expressão oral e vice-versa.

Uma das tarefas mais difíceis para um tradutor é saber como transpor de uma língua para outra, estes campos de registo. É necessário saber avaliar bem a utilização dos diferentes tipos de registo, nos diferentes tipos de tradução que existem e saber como reproduzir os registos, por via do discurso, nas mais diversas temáticas das traduções. Cada escolha feita pelo tradutor tem o potencial de reproduzir o registo do texto de partida ou de introduzir desvios que podem ser desfavoráveis ao objetivo da tradução.

O estudo do registo é importante para a tradução jurídica, devido a necessidade de conferir mais ou menos formalidade quando se traduz, por exemplo, uma carta rogatória ou um outro documento oficial que sirva de veículo comunicativo entre sistemas jurídicos diferentes (inglês – português) ou entre instâncias judiciais diversas.

Para além do registo, também é importante para a tradução o estudo das formas de tratamento, sejam elas pronominais, nominais ou verbais, sendo que existem várias diferenças tanto a nível cultural como social, nas diferentes línguas. A questão da formalidade aqui tem muita força, e por vezes levanta algumas ambiguidades. É necessário ter em conta, o contexto em que aparece a tradução, a quem se dirige e o texto de partida. O nível de formalidade depende muito deste fator, como afirma Rotman: "Everyday language already implies a formalized way of communication, while legal language introduces a supplementary system of formalization". (Rotman 1996, p. 189)

No geral a linguagem escrita é mais formal que a linguagem oral. É claro que existe escrita que é considerada informal, como, por exemplo, postais para os amigos, mensagens para familiares. O que é preciso ter em conta é o destinatário da mensagem, como já foi referido anteriormente. Quando se fala em tradução jurídica é muito importante referir que, normalmente, os destinatários da mensagem são instituições e pessoas que exercem grande poder, e que não podem ter o mesmo tipo de tratamento que uma pessoa da família, por exemplo.

É importante, por exemplo, para o tradutor saber como dirigir-se a um juiz de maior ou de menor instância, o que exige uma análise dos sistemas jurídicos do país da língua de chegada e o da língua de partida. É necessário também fazer um levantamento das formas de tratamento e de fazer uma comparação dos dois sistemas.

O conceito de intraduzível não se deve aplicar à tradução jurídica; este pode aplicar-se à tradução noutros campos como, por exemplo, letras de músicas e poemas. Em alguns casos, ao traduzir-se pode se perder o sentido da mensagem, no caso da tradução jurídica. Dada a natureza dos textos, e a formalidade e contexto em que estes estão inseridos, deve-se optar sempre por traduzir, mesmo que esta tradução incorpore estratégias mais complexas que adiante se discutirão.

Num ramo tão especializado como é a tradução jurídica, um tradutor tem de ter um conjunto de competências e capacidades muito específicas. De um modo geral fala-se em competências de um tradutor através do modelo pedagógico de competências (habilitações,

capacidades e atitudes necessárias para levar a cabo um bom trabalho). Király (1995) salienta certos aspetos, como a necessidade de o tradutor ter conhecimentos, tanto a nível da especialidade, como ao nível da cultura. Estes aspetos podem ter uma influência muito grande na tradução jurídica, uma vez que um tradutor tem de se manter a par das mudanças, tanto a nível textual como das mudanças que afetem os sistemas jurídicos dos países das línguas para as quais traduz.

A função de um tradutor jurídico é manter as suas traduções em conformidade com as normas atuais e que estão estabelecidas pelos diferentes sistemas jurídicos. Para isso existem vários repositórios online dos diversos governos, onde o tradutor pode procurar textos paralelos, de maneira a manter-se atualizado em relação ao seu trabalho e a todas as questões associadas a documentos jurídicos.

Outra das competências essenciais para um tradutor, e que constituem um factor muito importante para a sua atualização, são as competências tecnológicas e de pesquisa, um bom tradutor sabe que ferramentas tem ao seu dispor, existem vários *softwares* de apoio à tradução como é o caso do SDL Trados, e o MemoQ, em que se podem construir memórias de tradução e bases de dados terminológicas, mas também existem *softwares* especificamente para a terminologia, como o Corpógrafo e o Antconc, que foi utilizado nesta dissertação para a parte da análise. Através destes dois é possível construir bases de dados terminológicas, e extrair terminologia a partir de textos. O que importa aqui reter, é que num mundo em expansão tecnológica o tradutor tem de estar a par destas mudanças, uma vez que estes softwares facilitam o seu trabalho, e têm vindo a ser cada vez mais requisitados tradutores com competências nestes *softwares*.

Este desenvolvimento das competências e atualizações do tradutor fazem cada vez mais sentido uma vez que, por exemplo, no domínio da lei internacional, a tradução tem adquirido cada vez mais importância, pois os estados podem agora comunicar na sua língua oficial, substituindo, desta forma, o latim e o francês como línguas associadas ao domínio jurídico. A comunidade europeia deu especial atenção à tradução jurídica, uma vez que a legislação da União Europeia precisa de estar disponível para todos os cidadãos que estão ao abrigo da lei comunitária e que pertencem à EU, daí ter criado um gabinete de tradução que se ocupasse da tradução da legislação, para as 24 línguas oficiais da EU.

Este gabinete não se ocupa só tradução de legislação, mas também da gestão da terminologia e disponibiliza uma base de dados, o IATE que é uma das melhores que

existem. Esta tem os dados agrupados por especialidade e facilita em muito o trabalho do tradutor uma vez que este pode escolher o domínio que quer pesquisar.

2.2 Linguagem, discurso e direito

A linguagem é a realização linguística da comunicação e é através desta que surgem as formas de interação social, coisas tão simples como agradecer, elogiar, etc...A linguística é o meio pelo qual se estuda cientificamente o discurso em que ela se concretiza. Com a evolução dos tempos, a linguística interessou-se cada vez mais pelo discurso em contexto profissional e institucional.

Podemos dizer que o discurso jurídico é o meio em que a língua de especialidade do direito opera, uma vez que está presente nos vários tipos de interações sociais presentes, tanto na perspetiva da tradução como até das conversas formais e informais que decorrem entre advogados e clientes, prestação de depoimentos, redações de contratos e outras. Podemos dividir a linguagem do direito em dois grandes campos: o discurso legislativo e o discurso judiciário. Estes campos são complementares e interdependentes. Como objeto de estudo, no entanto, estes dois campos não merecem a mesma atenção, havendo preferência dos investigadores pelo discurso judiciário, uma vez que este engloba as interações em tribunal, o que deixa a parte do estudo do discurso legislativo um pouco à margem.

Existem várias perspetivas de abordagem à área da investigação em relação ao direito. São elas a Sociolinguística e a Análise Crítica do Discurso. A sociolinguística analisa os vários tipos de interação social, e as diferentes maneiras em que estas interações são efetuadas dependendo de vários fatores como é o caso do sexo, da idade e da posição social dos falantes, e os vários contextos em que as pessoas estão inseridas, como já referi anteriormente. Esta correlação que existe entre as escolhas linguísticas e os padrões socioculturais, adquire especial importância para o direito, uma vez que, através desta, é possível avaliar a forma como cada pessoa reage e o seu discurso. A interpretação destas características no discurso de um indivíduo pode determinar a legitimidade do que está a ser afirmado, a sua fiabilidade e credibilidade e permite prever a aceitação do seu discurso na comunidade profissional em que se insere.

A análise crítica do discurso, por seu turno, procura dar visibilidade aos processos de dominação e autoridade, fatores estes que se expressam através de discursos, particularmente através dos discursos institucionalizados. O que se analisa nesta dissertação são discursos aparentemente neutros e asséticos que são comuns a muitos grupos sociais e/ou profissionais que devido à forma como estão redigidos transmitem autoridade e domínio.

É óbvia a ligação entre estes dois campos. A sociolinguística, estabelece uma relação entre dados discursivos e dados sociais que demonstram que a variação linguística é parcialmente causada pela estratificação social e é sobretudo socialmente padronizada, enquanto que a análise crítica do discurso acrescenta as vertentes do poder, da dominação e da desigualdade de classes tanto profissionais como sociais, que influenciam as diferentes maneiras de interpretar discursos.

2.3 Os géneros textuais do direito e a tradução jurídica

Bhatia(1993) identifica vários géneros textuais numa multitude de cenários legais. Alguns destes são casos e julgamentos sob a forma de escrita em cenários jurídicos, por exemplo consultas entre advogado/cliente; o interrogatório de uma testemunha na forma falada e legislação, contratos, acordos etc. na forma escrita, usados em vários cenários profissionais. Estes géneros dependem muito do objetivo da mensagem, dos cenários em que se enquadram e do contexto.

A redação de textos legislativos atinge dimensões que mais nenhuma variedade de inglês atinge. É muito criticada face às expressões obscuras e circunlóquios (expressões com significados pouco claros, uso de mais palavras que o necessário para transmitir uma mensagem), construções intermináveis e sintaxe muito sinuosa, repetições desnecessárias e arcaísmos. Têm sido desenvolvidos esforços para que a linguagem jurídica, em inglês, se torne mais fácil de interpretar pelo cidadão comum, no entanto, tem sido um processo muito lento, muito por causa das próprias instituições que têm sido resistentes à mudança, isto devido ao que já foi mencionado nas páginas 11 e 12 desta dissertação e que dizem respeito à Common law e à linguagem usada dentro desta, que têm uma vertente mais virada para os especialistas da área do direito do que para o público em geral.

A teoria da tradução jurídica estuda, também, os géneros textuais jurídicos e as suas especificidades e têm merecido cada vez mais atenção por parte dos estudiosos que se têm

debruçado sobre o tema. E. Rotman (1996), por exemplo, fala da teoria da tradução jurídica como um campo muito vasto, e tenta fazer a ligação entre a linguagem e a lei, dizendo que a lei é simplesmente linguagem. Estas têm uma estrutura muito semelhante, ambas surgem através de práticas sociais que resultam em mais ou menos formalidade. A título de exemplo pode-se falar nos cenários institucionais e normativos já descritos na página 28 desta dissertação e que se referem a cenários de relações sociais em que o falante está limitado pelos princípios e assuntos institucionais. Este autor aponta que esta relação entre a lei e a linguagem pode aumentar o escopo da teoria da tradução jurídica dando como exemplos White (1990) que define a tradução como "a set of practices that can serve as an ethical and political model for the law and, beyond it, as a standard of justice."

A natureza e o escopo da tradução jurídica dependem do escopo dos materiais traduzidos. Estes materiais, na tradução jurídica, variam desde cartas rogatórias que são textos muito complexos que podem incluir relatórios médicos, que não estão em linguagem jurídica, e que são mais de teor técnico, o que exige um vocabulário mais especializado dentro da área médica, podem incluir também testemunhos, o que implica usar um vocabulário menos formal, pois estão redigidos consoante a forma como narrou a testemunha, até acórdãos, por exemplo, que são redigidos formalmente uma vez que relatam decisões e legislação e são escritos por especialistas na área do direito, o que implica um vocabulário mais específico à área do direito, citando Susan Šarcevic "Like other areas of translation, the translation of legal texts is (or ought to be) receiver oriented".

A tradução jurídica exige precisão, portanto há que ter em conta o tipo de texto que se está a traduzir, seja ele um acórdão, uma carta rogatória ou um testamento ou outro tipo de documento oficial. Todos estes tipos de textos têm a sua especificidade e as suas próprias regras e procedimentos. É preciso ter em conta também, o contexto em que o documento é apresentado: pode por exemplo ser só um texto de apoio para um funcionário judicial ou pode ser apresentado como documento oficial. Só este facto em si pode apresentar algumas dificuldades uma vez que pode levantar algumas ambiguidades, e tem de ser feito com precisão e a pensar no público alvo, e para que finalidade o documento será utilizado.

Nesta dissertação os documentos seleccionados para o estudo foram os acórdãos e as sentenças, tanto em inglês como em português. Como foi referido anteriormente estes são redigidos por especialistas na área, o que deveria querer dizer que todas as regras e procedimentos que o género textual jurídico exige devem ser respeitadas. O conceito de

equivalência, deve ser tido em conta para a questão da escrita de acórdãos, uma vez que este não significa apenas a repetição do texto de partida, mas também da construção de um texto na língua de chegada de maneira a manter a mesma força e significado do texto de partida. Aquando se encontra erros de redação e incoerência durante os textos, esta força e significado perdem-se. As questões ligadas ao conceito de equivalência estão exemplificadas na página 55, uma vez que na análise dos acórdãos surgiram muitas questões ligadas a equivalência. Achei melhor aprofundar com o exemplo do que acontece nos acórdãos.

2.4 Formas de Tratamento

Tanto no português como no inglês as formas de tratamento, variam consoante a situação em que o locutor está inserido, como refere Gouveia (2008) “As formas de tratamento são um reflexo das relações sociais e afetivas que se estabelecem entre locutores, e estão dependentes de convenções que a sociedade dita consoante o contexto pessoal e profissional”. O que se tenta sublinhar aqui é que a maneira como nos dirigimos a uma pessoa depende muito do contexto em que estamos inseridos. Se estivermos num contexto profissional, é-nos exigido que nos dirijamos aos superiores hierárquico de forma formal, muito diferente da forma como tratamos os colegas de trabalho.”O modo como nos dirigimos a pessoas hierarquicamente superiores é diverso do que usamos para falar com aqueles que nos são familiares.” (Mateus M. , 2005, p. 11). Por outro lado, se estivermos a falar em termos familiares ou de convívio familiar já existe um grau de familiaridade que nos permite uma maneira informal de tratarmos as pessoas com quem interagimos. Claro que estas formas variam de língua para língua, e o inglês e o português assumem diferentes graus de formalidade, e os moldes em que se inserem nem sempre são equivalentes, o que vai ser referido em seguida. Cintra (1972) classificou as formas de tratamento em:

Tabela 12- Formas de Tratamento

Tratamento pronominal	Ex: tu, você, vocês, V.Ex ^a
Tratamento nominal	Ex; o senhor, o Manuel, o meu amigo
Tratamento verbal	Ex: quer? Querem?

Com base nesta divisão, segue-se a descrição destas formas, e o uso no inglês e português sustentadas, por artigos devidamente referenciados.

2.4.1 Forma pronominal

You	Tu / Vós/ Vocês
-----	-----------------

A utilização do *you* inglês, que segundo os autores Brown e Gilman (1960) deriva da história do inglês e das relações sociais que se vão ajustando aos usos em termos de discurso. O *you* é utilizado tanto quando o sujeito é uma pessoa como quando estamos a falar de mais do que uma pessoa, ao contrário de outras línguas europeias, como é o caso do alemão, do francês, do italiano, do espanhol, do português e de outras línguas que mantêm o uso de dois pronomes para se referirem a outras pessoas no singular. O pronome *thou* era utilizado antigamente no inglês, como sinal de boa educação e de reverência para com os superiores hierárquicos - pais, pessoas mais velhas, etc, sendo o *you* sobretudo utilizado como referência ao plural. Nos dias de hoje, o pronome *thou* é sobretudo utilizado para orações e poesia, tendo o pronome *you* assumido o seu lugar, no discurso quotidiano, criando assim um problema para a tradução, uma vez que, como já foi referido, outras línguas, em que o português se inclui, possuem os dois pronomes, e torna-se difícil entender quando utilizar o *tu* como tradução ou o *vós/ vocês*.

Segundo Brown e Gilman (1960) o uso dos pronomes através da história deriva do poder de um indivíduo de controlar o comportamento de outro baseado numa relação assimétrica em que não existe reciprocidade nas formas de tratamento, e da solidariedade que envolve as semelhanças entre indivíduo que pertencem à mesma classe social. O fator solidariedade só prevaleceu ao poder quando este se tornou irrelevante, quando surgiram mudanças sociais de atitude; a título de exemplo, quando se espalhou o igualitarismo no século XIX. Este artigo tem sido muito discutido, tanto que existem já vários autores que o usam como base para novos estudos e novas teorias. É o caso de Agah (1994), tornando-se importante fazer uma comparação entre estes novos artigos, de modo a perceber o verdadeiro impacto da cultura na tradução.

A. Agah (1994) expõem alguns autores que se opõem a três princípios base usados para justificar a teoria de Brown and Gilman. Wales (2008) que questiona a validade de se ligar diretamente ideologias sociais e padrões linguísticos, afirmando que, embora existam várias ideologias mutuamente opostas sobre relações pessoais, estas simplesmente não se

refletem nas formas de tratamento pronominais. Friedrich (1963) estudou textos literários russos do século XVI, e chegou à conclusão de que não são apenas as variantes macrosociais (idade, geração, autoridade, entre outros) que influenciam o uso dos pronomes, mas também é preciso ter em conta o tema, o contexto e a relação entre orador e recetor, o que sugere que é necessária uma análise mais aprofundada e mais inclusiva, do que a que fizeram Brown e Gilman.

Como já foi referido anteriormente, o *tu* e o *vós*, são utilizados como formas de tratamento pronominal no português, estas estão condicionadas por vários fatores sociais e convencionais consoante os contextos pessoais e profissionais.

O pronome *tu* evidência proximidade entre os interlocutores, sendo usado quando se fala em família, com colegas de profissão ou em contextos de familiaridade, como no café com os amigos. Ainda assim pode-se referir que é muito recente a utilização deste, no seio familiar. O uso da forma pronominal *você* implica geralmente maior distância entre os interlocutores. Citando Pinto de Lima (2006: 92), podemos dizer que “em certas situações, você é sentido por muitos falantes do Português europeu como menos delicado. As razões para tal atitude são complexas”. Importante é referir que, no português europeu, *você* é uma forma que denota distância por comparação com *tu*.

2.4.2 Formas nominais

As diferentes formas de tratamento, nos tribunais variam de acordo com vários fatores sociais. Por exemplo, não nos dirigimos a um juiz da mesma maneira que nos dirigimos a um magistrado ou a um advogado, dependendo da posição hierárquica e a instância em que estamos situados, existem diferentes formas de tratamento.

O que se segue é uma tabela onde constam as formas de tratamento que são usadas habitualmente em tribunal de acordo com o site Ciberdúvidas. Um dos objetivos desta dissertação é provar a veracidade destes dados, através de documentação, utilizada nos diversos tribunais:

Tabela 13-Formas de Tratamento de Juizes¹⁵

Juízes	Forma de tratamento oral	Forma de tratamento epistolar
1ª Instância	Meritíssimo	Exmo. Senhor Dr. Juiz
Tribunais da relação	Venerando/Colendo	Exmo. Senhor Juiz-Desembargador
Supremo Tribunal de Justiça		Exmo. Senhor Juiz Conselheiro
Tribunal Constitucional		

Para os magistrados do Ministério Público, o tratamento cerimonioso é Digno. Sirvam os seguintes exemplos:

«Digno Procurador Adjunto junto do Tribunal Criminal de Guimarães»

«Digno Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra»

«Digno Procurador-Geral da República Adjunto junto do Supremo Tribunal de Justiça»

«Digno Procurador-Geral da República junto do Supremo Tribunal de Justiça»

Por sua vez, quando os magistrados dispensam tratamento cerimonioso a advogados, usam o termo Ilustre Advogado.

Apesar destas formas de tratamento serem utilizadas na maior parte dos casos é interessante perceber alguns pontos que podem, se tornar exceções à regra são eles:

- A forma Dr. não se aplica normalmente ao tratamento de juizes de tribunais superiores.
- O tratamento de V. Excelência ou S. Excelência não se aplica a magistrados judiciais ou do Ministério Público. Estes tratamentos usados nos tribunais portugueses estão também em uso nos demais países de língua oficial portuguesa.
- Apesar destas formas de tratamento serem utilizadas habitualmente existem, por exemplo alguns advogados que evitam utilizar o termo venerando, quando aplicado a juizes de tribunais superiores, por entenderem que este termo contém uma

¹⁵ Informação organizada pela mestranda a partir da fonte: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/as-formas-de-tratamento-nos-tribunais/16690>

conotação religiosa, uma vez que semanticamente pode ser entendido como um anacronismo, adapta-se a uma época diferente e que se aplica na atualidade a santos e a divindades, optando por utilizar o termo “Colendo”, que significa merecedor de respeito,

- No tratamento oral direto com juízes, nos tribunais, o tratamento Exmo. é cada vez menos usual, sendo apenas usado o tratamento Sr. Dr.

No sistema jurídico inglês existem muitas mais formas de tratamento, pois o sistema jurídico é um pouco mais complexo. Nas seguintes tabelas, estão expressas as diferentes formas de tratamento que existem nos tribunais, de acordo com o site Courts and Tribunals do governo britânico:

Tabela 14-Formas gerais de Tratamento dos tribunais¹⁶

Address (in Correspondence)	Dear...	In court
The Right Honourable The Lord Chief Justice of England and Wales	Lord Chief Justice/Chief Justice	My Lord or My Lady
The Right Honourable The Master of the Rolls	Master of the Rolls	
The Right Honourable The President of the Queen’s Bench Division	President	
The Right Honourable The President of the Family Division	President	
The Right Honourable The Chancellor of the High Court	Chancellor	
Retired Head of Division	Title in Private Capacity	N/A

Juiz do tribunal de recurso

Juízes que estejam no tribunal de recurso (juízes de recurso) são membros do conselho privado e são oficialmente tratados por:

Tabela 15- Formas de tratamento no Tribunal de recurso¹⁷

Address (in Correspondence)	Dear...	In court
The Right Honourable Lord Justice Wells	Lord Justice	My Lord

¹⁶

¹⁷

Informação retirada de: <https://www.judiciary.gov.uk/you-and-the-judiciary/what-do-i-call-judge>

The Right Honourable Lady Justice Wells DBE	Lady Justice	My Lady
---	--------------	---------

High Court Judges

Membros do tribunal superior não pertencem ao concelho privado A sua designação oficial é a seguinte:

Tabela 16- Formas de Tratamento nos Tribunais Superiores¹⁸

Office/Position	Address (in correspondence)	Dear...	In court
High Court judge	The Honourable Mr Justice Wicksteed	Judge	My Lord
High Court judge	The Honourable Mrs/Ms Justice Wicksteed (whether married or single)	Judge	My Lady

High Court Masters & Registrars

Tabela 17- Formas de Tratamento a Funcionários Judiciais¹⁹

Office/Position	Address (in correspondence)	Dear...	In court
Master	Master Holman (whether male or female)	Master	Master
Registrar	Mr (or Mrs) Registrar Holman	Registrar	Registrar

Circuit judges

Alguns juízes de circuito – por exemplo, The Recorder of Liverpool or Central Criminal Court judges – são referidos como “My Lord” ou “My Lady”.

Tabela 18- Tratamento de Juízes de Circuito²⁰

Address (in correspondence)	Dear...	In court
His Honour Judge Williams (QC if appropriate)	Judge	Your Honour
Her Honour Judge Williams (QC if appropriate)	Judge	Your Honour

¹⁸

¹⁹

²⁰

Informação retirada de: <https://www.judiciary.gov.uk/you-and-the-judiciary/what-do-i-call-judge>

District Judges

Tabela 19- Tratamento de Juizes de Distrito²¹

Address (in correspondence)	Dear...	In court
District Judge Pennington	Judge	Sir or Madam

District Judge (Magistrates' Courts)

Tabela 20- Tratamento de juizes de distrito(Tribunal dos magistrados)²²

Address (in correspondence)	Dear...	In court
District Judge (Magistrates' Courts) Tuff	Judge	Sir or Madam

Magistrates

Tabela 21- Tratamento de Magistrados²³

Dear...	In court
John Curry, Esq JP	Your Worship, or Sir or Madam

Tribunal Judges

Tabela 22- Tratamento de juizes de tribunais especializados²⁴

Address (in correspondence)	Dear...	In court
First-tier Tribunal Judge/Upper Tribunal Judge (depending on position) Curry	Judge	Sir or Madam

Employment Judges

Tabela 23- Tratamento de juizes do Tribunal de Emprego²⁵

Address (in correspondence)	Dear...	In court
Employment Judge Collins	Judge	Sir or Madam

²¹

²²

²³

²⁴

²⁵

Informação presente nestas tabelas retiradas de: <https://www.judiciary.gov.uk/you-and-the-judiciary/what-do-i-call-judge>

Numa fase posterior o que se fará com esta tabela será uma análise e comparação com documentação existente dos vários tribunais.

Capítulo 3 - Metodologia

Começou-se o estudo de hierarquias, tanto a nível da organização judicial como das profissões jurídicas, de maneira a organizar os dados em tabelas. Após esta recolha de dados o primeiro passo foi tentar encontrar pontos comuns entre os sistemas jurídicos, não sendo possível estabelecer uma relação de equivalência entre os vários órgãos que compõem o sistema jurídico português e o de Inglaterra e País de Gales, pois são sistemas demasiado distintos. O que se procurou fazer foi perceber as relações hierárquicas de cada sistema e a forma como funcionam, e tentar ver os pontos comuns e a diferenças mais substanciais.

Num domínio tão vasto como é a tradução jurídica, foi necessário restringir a pesquisa, de maneira a obter uma fundamentação teórica que pudesse ser encadeada de forma lógica e de maneira a ser diretamente articulada com o objeto de estudo, neste caso, as formas de tratamento e o registo de língua. Dividiu-se o processo nas seguintes fases:

Numa primeira fase, procurou-se recolher bibliografia sobre registo de língua e formas de tratamento, de maneira a sustentar a importância do tema escolhido e encontrar discussão prévia sobre a temática. Foi relativamente fácil encontrar bibliografia, por estes assuntos serem importantes nas duas línguas e constituírem pontos de divergência e complexidade na tradução. Em seguida foi feita uma recolha de informação, desta vez sobre as especificidades de cada língua, dando especial ênfase ao registo suscitado por os contextos de uso. Este assunto é definido pelos especialistas na área da linguística e na área da tradução, tendo em conta os fatores sociais e culturais que influenciam as escolhas do tradutor.

Posteriormente, foi feita uma pesquisa com a finalidade de se perceber que tipo de investigação é que já existe sobre o registo de língua jurídico e formas de tratamento em tribunal, e quais os argumentos que o sustentam. Uma dificuldade encontrada foi ter acesso a informação sobre as formas de tratamento no contexto jurídico em língua portuguesa. Foi possível encontrar informação dada por juristas e especialistas na área, para casos pontuais, mas não foi possível encontrar informação orientadora e harmonizante nos *sites* do governo português, tal como acontece nos *sites* oficiais do governo britânico, que disponibilizam este tipo de informação sistematizada.

O próximo passo foi a seleção da documentação a ser analisada, o que não se revelou uma tarefa fácil, uma vez que, numa primeira fase, pensou-se em trabalhar as cartas rogatórias, o que se verificou não ser possível, pois não foi encontrado material suficiente para fazer uma análise que pudesse justificar todos os pontos que se pretendia discutir nesta dissertação. Como a opção das cartas rogatórias não se revelou viável, optou-se pela análise

de acórdãos e sentenças, uma vez que existem repositórios dos governos dos dois países, com documentação em quantidade suficiente para possibilitar uma análise abrangente. Procurou-se encontrar acórdãos e sentenças de todos os tribunais que compõem os dois sistemas jurídicos, para que os corpora fossem minimamente comparáveis e contivessem a informação pertinente. Selecionou-se um mínimo de dois documentos emitidos por cada tribunal.

Procedeu-se então à fase de análise em que foram objeto de pesquisa os documentos judiciais encontrados nas bases de dados, tanto no domínio do português como no do inglês. Com base nestes documentos fez-se um levantamento de termos relevantes para esta dissertação. Foi necessário encontrar uma maneira de analisar os documentos rapidamente e de forma eficaz, devido à extensão dos corpora selecionados. Para isso, foi utilizado o programa de concordância AntConc²⁶. O AntConc mostrou-se uma ferramenta imprescindível para este estudo, uma vez que permitiu efetuar, com eficiência, a pesquisa terminológica. Com este *software* foi possível selecionar os termos pretendidos e ver o contexto, selecionando-se a opção de apresentação de duas ou três palavras antes e depois do candidato a termo. A partir daí, foi possível observar as várias formas de tratamento com incidências mais abundantes para juízes no sistema português, em quase todas as profissões jurídicas, já para o sistema inglês, não foi possível encontrar muitas, como se refere na secção da análise capítulo 4 (página 54).

Após a análise, foi feito um tratamento dos dados, que se articularam com a parte teórica, comparando-se a informação recolhida nos capítulos de enquadramento teórico sobre formas de tratamento nos diferentes sistemas jurídicos, contrapondo-a aos dados recolhidos na análise dos acórdãos e sentenças. Um dos objetivos foi averiguar se as formas de tratamento recolhidas nos corpora coincidiam com estudos anteriores referidos na componente teórica, ou se havia grandes discrepâncias. Optou-se por analisar cada língua em separado e depois fazer uma comparação entre os resultados.

O último passo foi ver que contribuição estes resultados poderiam ter para a tradução jurídica e que aspetos se poderiam salientar para melhorar o desempenho de um tradutor jurídico confrontado com a tradução entre estes dois sistemas.

²⁶ de Lawrence Anthony, disponível *online*, e de forma gratuita em: <http://www.laurenceanthony.net/software.html>

Capítulo 4 - Análises

4.1. Análise de documentos dos tribunais portugueses

Através do software de análise de terminologia Antconc, foram analisados vários acórdãos e documentos jurídicos, de maneira a fazer um levantamento das formas de tratamento utilizadas neste documento. Organizaram-se os dados na seguinte tabela. Todos os documentos presentes analisados têm como fonte o repositório de acórdãos do instituto de gestão financeira e equipamentos de justiça.

Dado que se pretende uma representação absoluta dos conteúdos, as tabelas contêm as formas usadas *ipsis verbis*.

Tabela 24- Análise de Acórdãos

Documento	Palavra pesquisada	Dados relevantes
Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça	Meritíssimo: neste documento aparecendo abreviado como Mmo.	1-“...relatado pelo Mmo. Juiz Desembargador António Sobrinho, proferido... 2-“ ...relatado pelo Mmo. Juiz Desembargador Relator Moreira, do Carmo...” 3-“...relatado pelo Mmo. Juiz Desembargador Eurico Reis - o Plano...”
Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça	Meritíssimo	1-...O certo é que Meritíssima Juiz da 1ª Instância mais não ...” 2-“...como bem entendeu a Meritíssima Juiz da 1ª Instância a título...” 3-“...os cálculos efetuados pela Meritíssima Juiz da 1ª Instância correspondem à...”
Acórdão tribunal da relação Porto Nº do Processo: 3515/09.1T2AGD-B.P1 Relator: Rui Moreira	Venerandos	1-“...vossas Excelências, VENERADOS DESEMBARGADORES...” 2-“...V.Exas Venerandos Desembargadores...”

<p>Acórdão do tribunal da relação do Porto</p> <p>Nº do processo: 54/15.5PFPRT.P1</p> <p>Relator: Maria Ermelinda Carneiro</p>	Procurador	1-“...o Digno Procurador-Geral Adjunto elaborou...”
<p>Acórdão Tribunal central administrativo</p> <p>Nº de processo: 00385/13.9BEPRT</p> <p>Relator: Pedro Vergueiro</p>	Juiz	<p>1-“...o Mmº Juiz “ad quo” decidiu erradamente...”</p> <p>2-“vistos dos Exmºs Juízes Desembargadores Adjuntos”</p>
<p>Tribunal central administrativo</p> <p>Nº do Processo: 00046/05.2BEPRT</p> <p>Relator: Mário Rebelo</p>	Juiz	<p>1-“proferida pela MMª juiz do TAF do Porto</p> <p>2-“...A MMª juiz debruçou-se sobre...”</p> <p>3-“...os vistos dos Exmos. Juízes Desembargadores Adjuntos...”</p>
<p>Tribunal central administrativo</p> <p>Nº do Processo: 00046/05.2BEPRT</p> <p>Relator: Mário Rebelo</p>	Procurador	1-“...Exma. Procuradora-Geral Adjunta neste TCA ...”

Tribunal Central Administrativo Nº do processo: 00015/16.7BEPRT Relator: Fernanda Esteves	Procurador	1-“...O Exmo. Procurador Geral Adjunto junto deste Tribunal...”
Tribunal Central Administrativo Nº do processo: 00015/16.7BEPRT Relator: Fernanda Esteves	Juiz	1-“...O Meritíssimo Juiz a quo deu como provado...”
Supremo Tribunal Administrativo Nº do processo: 01141/14 Relator: Maria Benedita Urbano	Procurador	1-“...Exmo. Senhor Procurador-Adjunto, Licenciado A.....” 2-“...alegado pelo Exmo. Senhor Procurador-Adjunto reclamante...” 3-“...o sr. Procurador da República do Círculo Judicial de...” 4-“...sr. procurador da república adjunto...”
Supremo Tribunal Administrativo Nº do processo: 01141/14 Relator: Maria Benedita Urbano	Magistrado	1-“...do sr. magistrado não sendo...” 2-“...que visa proteger o magistrado...”
Supremo Tribunal Administrativo Nº do processo: 0453/16 Relator: Isabel Marques da Silva	Juiz	1-“...do Exmo senhor Juiz Conselheiro Presidente foram...”

Supremo Tribunal Administrativo Nº do processo: 0453/16 Relator: Isabel Marques da Silva	Procurador	1-“...O Excelentíssimo Procurador-Geral Adjunto junto deste Tribunal..”
--	------------	---

4.1.1 Resultados da análise:

A escrita jurídica não está de todo uniformizada, a título de exemplo, a abreviatura do termo meritíssimo aparece como: Mmo., Mmº, MMª, nos mais diversos documentos, o que pode apresentar um desafio para um tradutor ou para um perito na área que necessite de usar a abreviatura. Se isto acontecer ficará na dúvida sobre qual a abreviatura utilizar. Uma vez que estes são documentos oficiais, seria expetável que houvesse consistência. Muitos dos dados recolhidos anteriormente (página 36), e que dizem respeito às profissões jurídicas, não se refletem devidamente nestes trechos como, por exemplo:

Tabela 25- Resultados da Análise

Juízes	Forma de tratamento oral	Forma de tratamento epistolar
1ª Instância	Meritíssimo- este termo segundo a documentação recolhida, não se utiliza só como forma de tratamento oral e não se utiliza só para juízes da primeira instância.	Exmo. Senhor Dr. Juiz -a maior parte dos documentos que se referem juízes da primeira instância, não utilizado o termo Dr.; utilizando-se simplesmente o termo meritíssimo juiz de 1ª instância.

Tribunais da relação	Venerando/Colendo-embora como já foi referido anteriormente, o termo venerando caíu um pouco em desuso, no entanto ainda foi possível encontrar uma referência a este termo na escrita, o que leva a crer que, seja possível encontrar exceções. Foi encontrada	Exmo. Senhor Juiz- Desembargador – o que se verificou através destes documentos é que na parte do tratamento de juízes, os dados que se possuía anteriormente realmente confirmam-se sendo esta a forma mais comum, para se referir a juízes.
Supremo Tribunal de Justiça	um acórdão que faz referência a Venerandos desembargadores; quanto ao termo colendo não foi possível encontrar qualquer referência a este, o que me leva a crer que se reserva à expressão oral.	Exmo. Senhor Juiz Conselheiro- Foi apenas encontrada uma referencia, a esta forma de tratamento, o que não me permitiu ter meio de verificar a veracidade deste dado.

Os dados recolhidos anteriormente dão conta de que, quando se faz referência aos procuradores do ministério público, deve utilizar-se a expressão digno, no entanto, na documentação disponível, não foi possível encontrar esta referência sendo que a maior parte do acórdão, independentemente da instância, fazia sempre referência ao excelentíssimo senhor procurador.

Confirma-se que quando se menciona magistrados, em documentos oficiais, não se utiliza qualquer tipo de forma cerimoniosa, referindo-se apenas ao magistrado como o senhor magistrado ou simplesmente o magistrado.

Nota-se que não existe uma uniformização nas formas de tratamento que constam nos documentos, o que em si pode demonstrar que não existe essa preocupação. Um registo tão complexo como o jurídico, seria de esperar que houvesse uma norma mais instituída, de maneira a não confundir os tradutores ou mesmo os profissionais da área.

4.2. Análise de documentos dos tribunais do sistema jurídico inglês

Tabela 26- Análise de Documentos

Tribunal	Tipo de documentos	Palavra	Dados relevantes
Magistrates Court (Tribunal dos Magistrados)	Sentencing remarks (sentença) West London Magistrates' Court Sitting at Willesden Data: 24 de fevereiro 2016	Judge	1-“...of district Judge Wright...”
Magistrates Court (Tribunal dos Magistrados)	Westminster Magistrates' Court The Queen-v- E7 Data: 10 de setembro 2014	Judge	1-“Judge Howard Riddle, Senior District Judge (Chief Magistrate)...” 2-“...the judge hearing the bail application...”
Crown court (tribunal da coroa)	Queen's bench division commercial court Nº do processo: CL-2014-000360 Data:29 de março de 2017	Justice	1-“...Mr Justice Andrew Baker...”
Crown Court	Crown Court of Stafford	Justice	1-“...The HON Mr Justice HADDON- Cave...”

(tribunal da coroa)	Data: 16 de dezembro 2015		2-“ The Lord Chief Justice, Lord Thomas...”
Crown Court (tribunal da coroa)	Crown Court of Stafford Data: 16 de dezembro 2015	Judge	1-“...Prosecution and Miss Judge...” 2-“...Thorogood and Miss Judge...” 2-“...As Miss Judge emphasised ...”
High Court	The high court of justice queen's bench division commercial court Nº do processo: CL-2016-617 9 de fevereiro de 2017	Judge	1-“...(Judge Robbard)...”
High Court	The high court of justice queen's bench division commercial court Nº do processo: CL-2016-617 9 de fevereiro de 2017	Justice	1-“...THE HON. Mr Justice Popplewell...”

High Court	High court of justice chancery division Nº do processo: HC- 2014-000197 Data: 14 de outubro de 2016	Justice	1-“...Mrs Justice ROSE ...”
High Court	High court of justice chancery division Nº do processo: HC- 2014-000197 Data: 14 de outubro de 2016	Judge	1-“...In the first instance the judge had found ...”
Court of Appeal Civil division	Court of appeal (civil division) on appeal from divisional court Nº do processo: C1/2017/0912 Data: 12 de abril de 2017	Justice	1-“...LORD JUSTICE BURNET...” 2-“...Lord Justice Beatson...” 3-“...Lord Justice MCFARLAN...”
Court of Appeal Civil division	Court of appeal (civil division) on appeal from the administrative court Nº do processo: C1/2015/3208 Data:29 de março 2017	Justice	1-“Lady justice Hallet...” 2-“LORD JUSTICE UNDERHILL” 3-“...granted by Lord justice...”

Court of Appeal Civil division	Court of appeal (civil division) on appeal from the administrative court Nº do processo: C1/2015/3208 Data: 29 de março 2017	Judge	1-“... claimant’s claim before the judge...” 2-“... the judge’s decision given on...” 3-“...the judge was wrong...”
Court of appeal Criminal division	Court of appeal (criminal division) on appeal from the central criminal court Nº do processo: 201502822 B4 Data: 27 de outubro de 2016	Judge	1-“His honour Judge Pontius...” 2-“The judge must direct the jury...” 3-“...The judge failed to...”
Court of Appeal Criminal division	Court of appeal (criminal division) on appeal from the central criminal court Nº do processo: 201502822 B4 Data: 27 de outubro de 2016	Justice	1-“Lady Justice HALLET” 2-“Mr JUSTICE KING” 3-“Mr Justice DOVE”

4.2.1 Resultados da análise

Na maior parte da documentação encontrada, o termo “*justice*” é utilizado para referenciar juízes, quer sejam dos tribunais de 1ª instância ou de instâncias superiores, no entanto, surgem variantes. À medida que se sobe na hierarquia, as formas pronominais divergem, sendo utilizado o termo “*Mr*”. ou “*Miss justice*” para instâncias menores, e “*Lord*” e “*Lady*” para instâncias superiores.

Os termos “*honourable*” e “*your honour*”, que normalmente são associados a juízes em conteúdos de índole cultural como, por exemplo, em séries de televisão e nos media, no geral, apenas aparecem para fazer referência a pessoas específicas no início dos documentos, mas não em toda a sua extensão.

É curioso verificar-se que o termo “*judge*” ocorre em substituição dos termos “*honourable*” e “*your honour*” no encadeamento dos textos e, apesar de ocorrer várias vezes, normalmente, é utilizado para se referir a juízes no geral e não vem acompanhado de nenhum elemento de tratamento pessoalizado. Aparece apenas “*the judge*” sem antecedente pronominal específico.

O que se verifica também nesta análise é que as formas de tratamento estão em concordância com a pesquisa sobre formas de tratamento apresentada na tabela 13 (página 38) nesta dissertação e que teve como fonte um site do governo britânico. Isto leva-nos a constatar que estas formas de tratamento são utilizadas no corpus de língua inglesa de forma coerente e, geralmente, sem variação.

Apesar de bastante amplos, estes resultados não refletem todas as formas de tratamento, uma vez que não foi possível encontrar algumas das referências, nomeadamente a magistrados e a funcionários de tribunais. No entanto, no que diz respeito a juízes, esta pesquisa mostrou-se abrangente e com resultados bastante reveladores.

4.3 Comparação entre os resultados da análise (português e inglês)

“Although legal translation demands precision and certainty, it is bound to use abstractions, whose meanings derive from changing cultural and social contexts” (Rotman, 1996, p. 189).

Tal como Rotman refere na citação que se apresenta acima, as exigências da tradução jurídica são vastas porque englobam abstrações e questões culturais importantes. São evidência disto os resultados da análise em que podemos reconhecer mudanças que ambas as línguas sofreram ao longo do tempo e do espaço. Exemplifica isto os sistemas jurídicos terem bases diferentes como já foi explicado anteriormente (páginas 9 e 10 desta dissertação), pode ter influência, na forma como se usam determinadas formas de tratamento.

O que se verifica nesta análise é que no sistema jurídico inglês existem diretivas disponíveis, para consulta sobre formas de tratamento e registo de linguagem, até nos sites das autoridades judiciais, o que facilita bastante a tradução. Estas diretrizes são, segundo os resultados da análise, geralmente seguidas pelos redatores das sentenças e documentação.

O mesmo não se verifica no sistema português. Embora tenha sido possível encontrar informação, esta é muito parca e vem de advogados e juristas individuais e não tanto de autoridades judiciais. Os relatores que redigem os textos, passam a imagem de não terem uma preocupação muito grande em serem consistentes, na escrita dos documentos. As formas de tratamento sofrem alterações, mesmo sendo em documentos de igual instância, apesar de no tratamento dos juízes se manterem, geralmente constantes.

Não há dúvida que estas discrepâncias têm um impacto da cultura dos dois países, através do estudo dos registos de língua e formas de tratamento das duas línguas de forma separada foi possível perceber, que em ambas as línguas, a questão do contexto em que estão inseridos os falantes a nível social e cultural é muito importante. Quando se fala em contexto de tribunal, ambos os sistemas jurídicos têm especial atenção as questões da formalidade, o que se nota pela variação nas formas de tratamento.

Pode supor-se também que em termos de hierarquia, os tribunais ingleses têm uma estrutura mais complexa, definida e organizada, o que em si faz com que haja a necessidade de regras melhor definidas, em todos os aspetos.

Um ponto em comum entre as formas de tratamento, nos dois sistemas jurídicos, é que à medida que se avança nas hierarquias dos tribunais, os acórdãos e sentenças

demonstram um aumento na formalidade, e as formas de tratamento refletem as mudanças de instância. As formas de tratamento dos juízes são diferentes, atribuindo-se um grau de deferência maior, a juízes de instâncias superiores.

4.4 Contribuição dos resultados da análise para a Tradução:

Como já foi dito anteriormente a tradução jurídica implica precisão e é muito importante o conceito de equivalência, “*Equivalence implies that the various requirements have to be met on all text ranks*” (Nord, 2005, p. 25). Este conceito implica que ao traduzir seja necessário dar o mesmo significado da mensagem do texto de partida ao texto de chegada, o que pode ser complicado pelas incoerências que se encontram na escrita destes acórdãos.

O facto de não se utilizar a mesma forma cerimoniosa, em todos os documentos, pode ser comprometedor, uma vez que ao não se dar o mesmo tipo de tratamento, pode-se estar a dar mais ou menos deferência a uma profissão jurídica e assim pode se estar também a comprometer a fidelidade ao texto de partida. Este problema é abordada por Rothman da seguinte forma: “Fidelity in translation includes not only fidelity to text, but also preservation of the meaning of the context” (Rotman, 1996, p. 192).

Segundo Rodrigues (2007) a linguagem do direito transmite autoridade e os textos são redigidos de forma a transmitir a autoridade do tribunal, no entanto, as discrepâncias encontradas nesta análise podem comprometer esta autoridade, pela falta de consistência e coerência.

Um dos grandes problemas encontrados na análise destes acórdãos é a inconsistência das abreviaturas utilizadas, pode-se dar como exemplo a utilização de três grafias diferentes para a abreviatura de meritíssimo, Mm^o seria a abreviatura correta, no entanto, nos acórdãos em português encontramos as abreviaturas Mmo e MM^a. Este erro pode comprometer uma futura tradução do documento, o tradutor neste caso ficaria dividido sobre que abreviatura utilizar. “The translator must comply, not only with the rules of the foreign language, but also, with the rules of the foreign legal system” (Rotman, 1996, p. 189) esta citação expõe o tipo de problemas que podem surgir da análise destes acórdãos como textos paralelos por exemplo. Ao não se utilizarem as formas de tratamento corretas, pode-se estar a induzir o tradutor em erro.

Muitas destas formas de tratamento podem auxiliar o tradutor, por exemplo a identificar a instância do tribunal a que corresponde o documento, ora se as formas de tratamento estiverem a ser mal utilizadas, podem induzir o tradutor em erro. Isto no caso de não estar explícita no documento esta informação. Pode também ocorrer o contrário, se as formas de tratamento presentes no documento não corresponderem à instância do tribunal a que pertence o documento, podem comprometer a legitimidade do documento, isto se se tratar, por exemplo, de um documento que irá ser utilizado para fins oficiais.

Conclusão

A tradução jurídica é um domínio em expansão, o que se pôde verificar durante a elaboração desta dissertação, a globalização e os seus efeitos tornaram a tradução jurídica indispensável. Podemos falar na própria linguagem do direito que tem vindo a sofrer alterações drásticas ao longo dos tempos. Primeiro as línguas de comunicação no contexto do direito eram o latim e o francês, depois foi aceite que cada país usasse a sua língua. Isto deu origem à necessidade das organizações como a EU e a ONU apostarem na tradução, uma vez que a legislação tem de estar disponível para os cidadãos dos países que pertencem a estas duas organizações. Atualmente, a preocupação não está só em traduzir para as línguas, mas também em tornar informação perceptível para todos os cidadãos. É necessário manter o grau de formalidade característico da tradução jurídica, mas de forma a que o cidadão comum consiga perceber os textos traduzidos. Neste sentido, é importante que o tradutor tenha conhecimentos básicos sobre o sistema jurídico da língua que está a traduzir.

É importante para o tradutor jurídico ter noções pelo menos básicas de como funcionam os sistemas jurídicos para os quais está a traduzir. Aqueles que foram abordados nesta dissertação não tinham a mesma base, o que tornou difícil uma comparação, optando-se assim por uma aproximação e divisão imaginária. O importante foi mesmo perceber como funcionam os dois sistemas jurídicos e de que forma as relações de hierárquicas são abordadas pelos dois sistemas judiciais. A questão das bases diferentes pode ter implicações na forma como se fazem as traduções, uma vez que, por exemplo a *common law* preocupa-se em ser entendida pelos peritos da área, ou seja exige uma terminologia mais específica e técnica enquanto que a *civil law* se preocupa em ser entendida pela população no geral, ou seja, exige uma linguagem mais simples, mas mantendo a formalidade. Transpor, de uma língua para outra, estas especificidades pode ser uma tarefa difícil para um tradutor; daí a necessidade de se conhecer minimamente os sistemas jurídicos.

O estudo do registo de língua e das formas de tratamento foi importante para perceber como é que as relações sociais podem afetar os comportamentos dos falantes em cenários mais formais. Deu-se especial atenção à tradução jurídica e à forma como esta relaciona estes dois aspetos, numa perspetiva da mudança social e cultural das línguas de partida e de chegada. O grande objetivo desta dissertação foi pôr em evidência, a importância dos conhecimentos que um tradutor precisa de ter sobre sistemas jurídicos, registo de língua e

formas de tratamento que existem, de forma a orientar a tradução dos mais diversos documentos.

O estudo da teoria da tradução, mais concretamente da tradução jurídica foi muito importante para que depois na análise dos textos dos diferentes tribunais se pudessem ver as mudanças ao nível das formas de tratamento que influenciam o registo, de uma perspetiva mais virada para a tradução jurídica. Nestes aspeto, foi imprescindível falar dos conceitos de equivalência, fidelidade ao texto de partida e das tipologias textuais que estão envolvidas na tradução jurídica. O texto jurídico pode adquirir várias formas e é necessário perceber que tipos de problemas podem surgir a nível de registo e das formas de tratamento, quando se traduz de uma língua para outra. A partir do estudo destes conceitos foi possível tirar algumas conclusões, na parte das análises que podem ter influência numa futura tradução destes documentos, ou mesmo da sua eventual utilização como textos paralelos.

Pôde-se comprovar que à medida que se vai avançando na hierarquia do tribunal, as formas de tratamento aumentam de grau de formalidade, o que também se pode relacionar com os poderes de cada juiz, que vão ficando mais amplos. O que se pretendia demonstrar com esta dissertação, eram que efeitos que os diferentes fatores culturais e sociais tinham sobre as formas de tratamento, no contexto jurídico, o que ficou provado com as análises dos documentos. O mais importante a reter destas análises é que poderão ser utilizadas posteriormente, como documentação de consulta, para tradutores que queiram perceber que formas de tratamento utilizar para se dirigirem às mais diversas autoridades judiciais.

Bibliografia

- Agha, A. (1994). Honorification. *Annual Review of Anthropology* , pp. 277-302.
- Baker, M. (1992). *In other words* . Routledge.
- Bastos, M. F. (22 de dezembro de 2005). *As formas de tratamento nos tribunais*. Obtido de Ciberdúvidas: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/as-formas-de-tratamento-nos-tribunais/16690>
- Bhatia, V. K. (1993). *Analysing Genre: Language Use in Professional Settings*. Londres: Longman .
- Brown, R., & Gilman, A. (1960). Pronouns of Power. Em T. Seabok, *Style and Language* (pp. 253-76). MIT Press.
- Cintra, L. F. (1972). *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Livros Horizonte .
- Courts and Tribunals Judiciary*. (s.d.). Obtido de What do I call a judge?: <https://www.judiciary.gov.uk/you-and-the-judiciary/what-do-i-call-judge/>
- Europeia, C. (s.d.). *Organização do Sistema Judicial Reino Unido- País de Gales e Inglaterra*. Obtido de Atlas Judiciário Europeu em matéria Civil: http://ec.europa.eu/justice_home/judicialatlascivil/html/pdf/org_justice_eng_pt.pdf
- Gouveia , C. A. (23-25 de maio de 2007). “As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento no português europeu”. *Actas do Colóquio "O Fascínio da Linguagem" em homenagem a Fernanda Irene Fonseca*.
- Governament, U. (s.d.). *Courts and Tribunals Judiciary* . Obtido de <https://www.judiciary.gov.uk/>
- Graddol, D. (2007). *Changing English*. Abington: Routledge.
- Halliday, M. (1978). *Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning*. Londres: Edward Arnold.
- Hickey, R. (2012). *Standards of English: Codified Varieties around the World* . Cambridge, U.K: Cambridge University Press.
- Király, D. (1995). *Pathways to Translation, Pedagogy and Process*. The Kent State University Press.
- Mateus , M. H., Brito, A., Duarte, I., & Faria, I. H. (1983). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa : Caminho.
- Mateus, M. (2005). A mudança da língua no tempo e no espaço. Em M. Mateus, & F. Nascimento, *A Língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H., Brito, A. M., Duarte, I., & Faria, I. H. (2006). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Ministério Público . (s.d.). *Legislação* . Obtido de Procuradoria Geral- Distrital de Lisboa : http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1&tabela=leis
- Nord, C. (2005). *Text Analysis in Translation*. New York: Rodopi.
- Pinto de Lima , J. (2006). *Pragmática Linguística*. Lisboa : Caminho.
- Profissões jurídicas em Portugal*. (27 de Junho de 2016). Obtido de European Justice: https://e-justice.europa.eu/content_legal_professions-29-pt-pt.do#n01
- Rodrigues , M. C. (Julho-Setembro de 2007). Língua, Discurso e Direito. *Revista do Ministério Público*, pp. 5-36.
- Rotman, E. (1996). THE INHERENT PROBLEMS OF LEGAL TRANSLATION:. *The Indiana International & Comparative Law Review*, pp. 198-196.
- Šarcevic , S. (2000). *Legal Translation and Translation Theory: a Receiver-Oriented Approach*.

- The Robins Collection. (s.d.). *The Common Law and Civil Law Traditions*. Obtido de University of Berkeley Law:
<https://www.law.berkeley.edu/library/robbins/pdf/CommonLawCivilLawTraditions.pdf>
- Wales, K. (1983). Thou and you in Early Modern English: Brown and Gilman re-appraised. *Studia Linguistica* , 107-217.
- White , J. B. (1990). *Justice as translation- An essay in cultural and legal criticism* . Chicago: The University of Chicago Press.